

PRONERA: Aprendendo e Ensinando Jovens e Adultos nos Assentamentos Rurais

Autores

Marcia Aparecida Lima Vieira
Gabriela Distefano
Cláudia Cristina Bastos de Souza Trevisan

Orientador

Marcia Aparecida Lima Vieira

1. Introdução

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, é um programa de parcerias firmadas, neste caso, entre INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), UNIMEP (Universidade Metodista de Piracicaba) e OMAQUESP (Organização das Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo), com o apoio do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) para a alfabetização de jovens e adultos em 11 salas localizadas em assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Nossa atuação no PRONERA teve início em Janeiro de 2006, após a elaboração conjunta e a aprovação do projeto pelo INCRA, processo que se estendeu de 2003 a 2005.

A seleção de alfabetizadores ocorreu em cada assentamento através de assembléias coordenadas por lideranças locais. Nestas assembléias foram selecionados os alfabetizadores que poderiam assumir a ação educativa, a partir dos pressupostos da Educação Popular. Estes são capacitados periodicamente em encontros de formação, reuniões, visitas às salas de aula, feitas pelos professores do Núcleo de Estudos e Programas em Educação Popular - NEPEP responsáveis pela coordenação pedagógica do PRONERA na UNIMEP, Prof^a. Márcia Aparecida Lima Vieira e Prof. Francisco Negrini Romero e pelas estagiárias Cláudia C. B. de Souza Trevisan e Gabriela Distefano.

Após a seleção de alfabetizadores, ocorreu a formação contínua proposta a partir do estudo das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, as Diretrizes para a Educação no Campo e estudo dos autores Paulo Freire, Leda Tfouni, Magda Soares, Roseli Caldart entre outros.

Nosso trabalho é desenvolvido nos assentamentos localizados nos municípios de: Bebedouro, Colômbia, Guataparã, Ibitiúva, Jaboticabal, Pradópolis e Sumaré. Nestas salas de aula temos cerca de 250 alfabetizandos, que participam de 10 horas semanais de aulas noturnas em espaços comunitários do próprio assentamento, como na associação de moradores, centro comunitários, barracão de igrejas, entre outros.

2. Objetivos

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), é um programa do INCRA, que tem como objetivo ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados, atuando como instrumento de democratização do conhecimento no campo, ao propor e apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária. A proposta do PRONERA visa capacitar educadores, para atuar nos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como formadores locais, multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. O projeto, ao qual nos referimos, visa a alfabetização de jovens e adultos nas áreas de assentamento rural dos municípios citados.

3. Desenvolvimento

O Curso de Formação Inicial foi realizado na Fazendinha da UNIMEP. O conteúdo abordado durante o curso buscou mobilizar as educadoras para iniciar o processo de alfabetização com pessoas que não tiveram acesso à educação e ao processo de escolarização. Desta forma as alfabetizadoras apresentaram o perfil dos alfabetizandos que imaginavam ter em suas salas de aula, a partir deste perfil fomos buscando reconhecer alguns aspectos da história de vida destes alunos e as expectativas que estes possuem em relação à escola. Esse primeiro momento é de extrema importância, pois temos a oportunidade de refletir coletivamente sobre política, cidadania, direitos, exclusão dentre tantas outras questões. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos reafirma essa idéia ao citar que a educação para jovens e adultos é a restituição de um direito negado, por isso possui a função reparadora.

Nesse primeiro momento também enfatizamos a importância da formação do grupo e da união da equipe de coordenação e dos alfabetizadores, pois na construção deste trabalho conjunto estamos num processo em que todos aprendem e todos ensinam.

A partir do início das aulas, as alfabetizadoras começaram a sentir dificuldades, transparecendo a necessidade de um número maior de reuniões para que pudéssemos refletir sobre a prática educativa e tomarmos decisões coletivas sobre diversos aspectos do cotidiano da sala de aula. Nessas reuniões as alfabetizadoras relatavam suas experiências e dificuldades, refletíamos sobre as diversas situações e considerando a realidade de cada assentamento, elaborávamos propostas. Além disso, as alfabetizadoras realizam juntas, sempre que possível o planejamento semanal das atividades. Em nossos encontros há momentos para compartilhar o planejamento, e avaliá-lo em conjunto com vistas a retomá-lo ou reelaborá-lo. Nestes momentos ainda estudamos as diversas concepções de alfabetização, e estudamos as diversas propostas de intervenção subsidiadas nas concepções, buscando sempre respeitar a concepção do grupo de que a alfabetização deve acontecer para a vida, a partir de questões relacionadas ao cotidiano dos alunos, ou seja, a alfabetização a serviço do aluno na sua prática social. Considerando sempre que *"a Educação de jovens e adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada com os que não tiveram acesso (...) Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea"*. (CNE, 2000, p. 5).

Nas salas de aula localizadas em municípios mais distantes, tínhamos algumas dificuldades em relação à periodicidade das visitas, nesses casos o acompanhamento foi feito através da coordenadora local e de ligações telefônicas semanais.

No decorrer desses meses, houve diversos episódios em que as alfabetizadoras demonstraram o quanto aprenderam a lidar com as dificuldades de aprendizagem e como foram desenvolvendo a reflexão pedagógica de modo a buscar e a elaborar atividades diferenciadas para a alfabetização, considerando o contexto político do município e do país, o debate sobre a questão agrária no interior do Estado de São Paulo, as questões relativas à cana-de-açúcar, empréstimos e financiamentos de bancos, juros, entre outras questões. Estas atividades favoreceram uma aproximação entre alfabetizadoras e alfabetizados estes passaram a ter a expectativa de continuar os estudos nas séries iniciais do ensino fundamental e passaram a incentivar outros alunos a freqüentarem as aulas noturnas de alfabetização no assentamento.

Houve também alfabetizadoras que por questões políticas não conseguiram iniciar as aulas, faltou apoio do município ou não havia espaços na comunidade para a realização de aulas ou ainda não havia ônibus escolar que pudesse levar os alunos até o local em que aconteciam as aulas. Estas foram algumas das dificuldades que tivemos que superar logo no início do projeto. Em alguns casos, a partir do diálogo com a Prefeitura Municipal foi possível solucionar o problema, em outros tivemos que transferir a sala para outro município em que haveria condições de início imediato das aulas.

4. Resultados

Nas visitas realizadas as salas de aula, pudemos constatar a motivação dos alunos com o projeto, seus esforços para acompanhar o processo de alfabetização e o acúmulo de conhecimentos que estes alunos demonstraram possuir sobre a leitura e a escrita, especialmente sobre os usos sociais destas, pois de acordo com Soares:

(...) um adulto pode ser analfabeto porque marginalizado social e economicamente, mas, se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se apresenta interesse em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros lêem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva, se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita. (Soares, apud CNE, 2000, Pág.09).

Temos presenciado o esforço por parte dos alunos, que percorrem longas distancias para ir as aulas depois de um dia de trabalho cansativo. Por isso, em nossas visitas, buscamos incentivá-los a continuar o processo de letramento iniciado, buscamos reconhecer e demonstrar a eles que apesar de não terem tido a oportunidade de exercer o direito à educação em momentos anteriores, o fato deles estarem em sala de aula, demonstra a superação desta exclusão, a conquista do direito. Assim temos, aprendido muito com os desafios vivenciados em sala de aula, neste processo em que os principais protagonistas são os alfabetizados.

Estamos muito satisfeitas em trabalhar com estas comunidades que se caracterizam pelo espírito de luta e se organiza para a conquista de seus direitos. Neste sentido, o projeto vem apresentando grandes avanços, pois ao reunir a comunidade a mobiliza para discutir seu cotidiano. Com o acolhimento da comunidade em nossas visitas, temos vivenciado uma experiência muito gratificante nos assentamentos, em que temos tido a oportunidade de conhecer experiências extraordinárias relacionadas à história de luta e conquista de direitos através da mobilização. Os alunos ainda nos explicitam a razão pela qual estão ali na sala de aula no período noturno, demonstrando prazer em aprender e em compartilhar experiências com outros alunos. Portanto a ação educativa também tem o potencial de fortalecer o trabalho comunitário realizado nos

assentamentos.

5. Considerações Finais

Esse projeto, ao reafirmar o compromisso com o ato de educar, busca restituir o sentido da educação, fortalecendo a organização comunitária, marca da história de luta e perseverança dos alunos dos assentamentos. Portanto atuamos com pessoas que tem objetivos claros ao buscar a alfabetização na fase adulta. São analfabetos na leitura e na escrita, mas são plenamente alfabetizados politicamente. Conquistaram coletivamente o direito à terra através do exercício da cidadania. Portanto, nesta experiência temos tido a oportunidade de refletir sobre o papel da Universidade e a aprendizagem de todos os envolvidos neste processo, pois, ao participar de projetos de extensão, somos convocados a lutar por uma sociedade mais justa e igualitária e nesta luta encontramos parceiros que aprendem e ensinam, auxiliando-nos a atribuir sentido aos atos educativos cotidianos.

Referências Bibliográficas

CNE. Conselho Nacional de Educação. Jamil Cury. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília DF, 2000;

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Paz e Terra. Petrópolis RJ, 1997;

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995. Coleção Questões da nossa época.